

Amândio Coxito

ESTUDOS SOBRE FILOSOFIA EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI



PREFÁCIO

Os estudos reunidos neste volume constituem uma selecção dos trabalhos por nós efectuados ao longo de muitos anos de investigação sobre a filosofia em Portugal no século XVI e de um modo particular sobre a escola jesuítica de Coimbra da última metade desse século, integrada na Segunda Escolástica peninsular. Ela despertou o nosso interesse desde o momento em que realizámos a dissertação de licenciatura (O Problema dos Universais no Curso Filosófico Conimbricense). Embora não faça parte dessa escola Frei Francisco de Cristo — sobre o qual incide o primeiro estudo —, a sua importância histórica é, no entanto, assinalável, como salientamos na «Introdução», para além de ter focado importantes problemáticas que ocorrem também em Pedro da Fonseca e nos Conimbricenses.

Os temas que foram objecto de estudo dizem respeito a questões de metodologia, de lógica, de filosofia do conhecimento, de semiótica, de filosofia natural e de metafísica. Na sua análise, foi sempre nosso propósito integrá-los num contexto o mais amplo possível, dado que só assim adquiririam sentido. Com tal procedimento, pudemos também desfazer (ou pelo menos atenuar grandemente) a ideia acrítica de que aqueles pensadores de Quinhentos seguem, quanto aos autores medievais, fundamentalmente São Tomás. A verdade é que a nossa história filosófica dessa época não está construída segundo uma tendência exclusiva.

*Seria desejável que tanto os *Commentarii* que constituem o Curso Conimbricense como as obras de Fonseca despertassem nos estudiosos maior interesse. Uns e outras representam talvez o momento culminante — pelo menos até ao século XX — da especulação filosófica no nosso país e, sem dúvida, aquele que possibilitou desde sempre a maior influência além-fronteiras das produções dos Portugueses naquele domínio. Mas, estando em curso (no Instituto de Estudos Filosóficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, dentro do projecto «Linguagem, Interpretação*

e Filosofia — LIF») uma edição online dos Commentarii, é legítima a expectativa de que os investigadores, tanto nacionais como estrangeiros, se sintam atraídos para uma causa que é, acima de tudo, a da filosofia universal.

Coimbra, Dezembro de 2004.

INTRODUÇÃO

Ao realizarmos esta breve «Introdução», temos essencialmente em vista apresentar o autor e os redactores sobre os quais incidiram os nossos estudos.

1. Francisco de Cristo nasceu no Alentejo (provavelmente em Vila Viçosa) em data desconhecida. Ingressou na Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho (1548) e, após ter feito os estudos de Humanidades, passou a frequentar a Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra. A partir de 1556, lia Teologia no Colégio dos Agostinhos desta cidade. Como docente universitário, começou pela catedrilla de Gabriel (1561), a que se seguiu a regência da cadeira de Vésperas (1566), que manteve até à data da jubilação (1586), ocorrida um ano antes da sua morte. Deixou três obras impressas de matéria teológica, para além de várias outras manuscritas ¹.

A reputação granjeada por Francisco de Cristo entre os contemporâneos parece dever-se ao facto de ter sido ele o primeiro

¹ D. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana, Histórica, Crítica e Cronológica*, t. II, Coimbra, Atlântida, 1966, pp. 133-134; F. Leitão Ferreira, *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra*, ed. Joaquim de Carvalho, vol. I, 2.^a parte, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1938, pp. 34, 96 e 99; vol. II, 2.^a parte, p. 253; Frei António da Purificação, *De viribus illustribus antiquissimae provinciae lusitanae Ordinis Eremitarum Sancti Augustini*, Lisboa, 1642, pp. 75-76; F. Stegmüller, *Filosofia e Teologia nas Universidades de Coimbra e Évora no Século XVI*, trad., Coimbra, Universidade de Coimbra, pp. 17-18; M. A. Rodrigues, «Padres Agostinhos do século XVI, Lentes de Teologia da Universidade de Coimbra», sep. de *Repertorio de historia de las ciencias eclesiásticas en España*, 6 (1977), pp. 443-463.

a introduzir nas aulas de Teologia da Universidade o uso das postilas (o «methodo de apostilar», como se lê em Barbosa Machado; ou o «methodus et usus tradendi annotationes, seu speciales commentarios, quos postillas vocitamus», como escreve Frei António da Purificação). Este facto é, aliás, confirmado pelo epitáfio existente na igreja de Nossa Senhora da Graça de Coimbra, onde se podem ler as seguintes palavras: «Fr. Franciscus a Christo Doctor Theologus, methodi in hanc Academiam primus invector et in ea Vesperarius Professor emeritus.»

Esta identificação do método com o processo de postilar não deixa de corresponder ao sentido etimológico daquele termo latino (pelo menos no ponto de vista de muitos humanistas da época) enquanto «brevis via», «via compendiaria» ou «brevi dicendi compendium» na transmissão do saber. Tal facto significa que Francisco de Cristo estava em consonância com certos ideais pedagógicos do Renascimento que procurou aplicar à sua maneira no seu magistério. A este respeito é sintomático que ele tenha sido considerado «o mayor humanista do seu tempo»².

A obra (manuscrita) de Francisco de Cristo, *Methodus, hoc est, docendi ratio, ea qua tam in logicis quam in physicis utitur Aristoteles*³, integra-se nas preocupações pedagógicas do seu autor. Por um lado, foi realizada com o propósito de obter uma súpula das doutrinas lógicas e físicas do Estagirita para nelas iniciar os estudantes que, já desde 1550, frequentavam o colégio da sua Ordem; por outro, o seu aspecto fulcral e mais característico consiste precisamente na abordagem da problemática do método. Sucede até que — tanto quanto o estado actual das investigações permite concluir — o *Methodus* é o primeiro escrito que em Portugal foca esse tema tão em voga entre os autores renascentistas. É em virtude de tal importância histórico-filosófica que apresentamos em apêndice a tradução do primeiro livro do texto; aliás, só ele foi objecto da nossa investigação. Ao efectuarmos essa tradução, não esquecemos que se trata de um texto de um humanista grandemente preocupado em imitar os modelos clássicos e em especial Cícero. Identificámos também todas as fontes referidas pelo autor.

² D. Barbosa Machado, *op. cit.*, p. 133.

³ Existe na Biblioteca Pública de Évora.

2. Pedro da Fonseca e o Curso Conimbricense são os principais promotores no nosso país da Restauração Escolástica, que, considerada genericamente, se expressou num movimento filosófico, teológico e político-jurídico característico da Península Ibérica, tendo o seu início, em Espanha, nos finais do século xv (nos domínios da Teologia e do Direito) e, em Portugal, nos meados do século xvi, perdurando entre nós até ao século xviii. Aquela restauração não se efectuou nos países onde o Humanismo lançara raízes profundas, o que é plenamente compreensível, dada a feição crítica deste para com a Escolástica medieval. Quanto aos países ibéricos, para além de não terem recebido uma influência tão marcante do Humanismo, não se implantaram também aí as filosofias do Renascimento e não foram afectados pelas guerras e divisões religiosas consequentes à Reforma.

Esse movimento (comumente designado por Segunda Escolástica) desenvolveu-se sob o impulso da Contra-Reforma católica antes e depois do Concílio de Trento. Ele assinalou uma nítida prevalência do tomismo e do escotismo sobre o nominalismo. Por outro lado, em conformidade com o espírito da época em que surgiu, significou um regresso às fontes do pensamento filosófico e antes de mais a Aristóteles, que foi interpretado, fundamentalmente, na linha de São Tomás e na de Duns Escoto.

Os principais centros onde a Segunda Escolástica teve implantação foram as Universidades de Salamanca e de Alcalá e as portuguesas de Coimbra e de Évora. Dominicanos e Jesuítas constituíram os dois grupos que sustentaram o movimento, destacando-se, entre os primeiros, os espanhóis Francisco de Vitória, Domingos de Soto, Melchior Cano, Domingos Bañez; entre os segundos, Francisco de Toledo, Luís de Molina, Francisco Suárez (todos eles também espanhóis, embora os dois últimos tivessem exercido o seu magistério em Portugal) e os portugueses Pedro da Fonseca e os redactores do Curso Conimbricense. No século xvii, são dignos de menção no nosso país Soares Lusitano, Baltasar Teles, António Cordeiro; no século xviii, Silvestre Aranha, António Vieira, Sebastião de Abreu, Inácio Monteiro. Os temas tratados no campo filosófico por estes pensadores não eram essencialmente diferentes daqueles que tinham sido fixados pela Escolástica medieval, distinguindo-se, no entanto, pelo pendor metódico e sistemático e mais ou menos ecléctico dos seus conteúdos, pela depuração de certas matérias abstrusas (designadamente no domínio da lógica) e no aspecto linguístico pelo uso do Latim erudito.

No desenvolvimento da Segunda Escolástica em Portugal desempenhou um papel decisivo o Colégio das Artes e no seu seio o magistério dos Jesuítas. A fundação deste centro de ensino, em Coimbra (inaugurado em 1548), deve-se a D. João III e teve como objectivo dotar a Universidade de uma «escola menor» onde os estudantes adquirissem sobretudo conhecimentos de Latim e Filosofia como preparação para a frequência de algum dos cursos universitários: Teologia, Leis, Cânones e Medicina. Para a direcção do colégio foi chamado André de Gouveia, «principal» do Colégio de Guiena, em Bordéus, que trouxe consigo um escol de professores (os «bordaleses») de formação humanística. Foram também recrutados outros, os chamados «parisienses» (por terem sido antigos bolseiros de Santa Bárbara, em Paris). Mas após vicissitudes várias (designadamente pelo conflito surgido entre aqueles dois grupos de professores e pelo facto de alguns deles se terem tornado suspeitos de heterodoxia), o colégio foi confiado à Companhia de Jesus (1555), enquanto os professores estrangeiros abandonavam o País.

A criação do Colégio das Artes significou uma transformação da nossa cultura segundo os moldes do Humanismo então vigente a nível europeu. No que respeita à Filosofia, o seu ensino inseriu-se desde o início no movimento de restauração do aristotelismo com o regresso às fontes do Perípatos, o mentor por excelência da Escolástica portuguesa. De facto, logo nos dois primeiros anos de funcionamento do colégio, publicou-se uma miscelânea dos escritos que constituem o *Organon* aristotélico, numa versão latina intitulada *Logica Aristotelis ab eruditissimis hominibus conversa* (Coimbra, 1549) da autoria do humanista Nicolau de Grouchy (professor «bordalês» que leccionou na cidade do Mondego de 1548 a 1550), cuja iniciativa visou colocar à disposição dos alunos de Filosofia um texto integrado no modo humanista de expor Aristóteles através de uma *latinitas* de inspiração ciceroniana adaptada à preparação obtida pelos estudantes nos estudos de Humanidades; ainda que isso não implicasse uma ruptura completa com a terminologia tradicional já consagrada nas versões latinas anteriores dos escritos aristotélicos⁴. No entanto, a versão de Grouchy

⁴ J. A. Osório, «Um contributo francês para o ensino coimbrão no século XVI. A edição do *Organon* de Aristóteles», sep. de *Les rapports culturels et*

teve um êxito limitado, sendo substituída a partir de 1556 pela de João Argiropulo, realizada num estilo mais sintético e por isso mais consentâneo com a tradição escolástica ⁵.

Este facto é significativo se pensarmos que o Colégio das Artes tinha sido entretanto confiado aos Jesuítas, para quem a tentativa de adaptar as obras de Aristóteles ao condicionalismo humanista (que obrigava a uma expressão latina de natureza pouco tecnicista) incorria no risco de falta de rigor na interpretação do pensamento do Perípatos. O intuito dos professores jesuítas de Filosofia era na verdade manterem-se fiéis à doutrina de Aristóteles e dos seus comentadores e intérpretes mais qualificados, razão por que não podiam prescindir de uma terminologia precisa e já consagrada no decurso de muitos séculos de especulação filosófica. Isso não impediu, porém, que eles — imbuídos do espírito do Humanismo formal e cientes de que o estilo faz também parte da mensagem — tivessem sabido conciliar semelhante propósito com uma expressão latina correcta e elegante, adoptando a terminologia clássica mais castiça sempre que não estivesse em causa o rigor técnico dos conceitos filosóficos. Deixaram, assim, a longa distância o estilo «bárbaro» dos escolásticos dos dois séculos anteriores. Tal facto está bem patente no século XVI nas obras redigidas por Fonseca e pelos Conimbricenses.

O intuito de fidelidade a Aristóteles na filosofia portuguesa do século XVI está expresso nos *Estatutos* da Universidade de Coimbra, que impunham quase de uma maneira exclusiva as obras do Perípatos como texto para o curso de Artes, indicando os de 1559 as seguintes: *Categoriae*, *De interpretatione*, *Analytica priora*, *Analytica posteriora*, *Topica*, *Elenchi*, *Ethica*, *Physica*, *De generatione*, *Meteteora*, *De anima* e *Metaphysica*. E iam no mesmo sentido a letra e o espírito do *Ratio studiorum* — promulgado em versão definitiva em 1599 para toda a Companhia de Jesus —, ordenando que os professores de Filosofia não deviam apartar-se da doutrina aristotélica ⁶. Este rumo, aliás, não foi seguido apenas no Colégio das

littéraires entre le Portugal et la France, Paris, F. C. Gulbenkian (Centre Culturel Portugais), 1983, pp. 69 e 76.

⁵ *Idem*, p. 88.

⁶ Cf. Leonel Franca, *O Método Pedagógico dos Jesuítas*, Rio de Janeiro, 1952, p. 159.

Artes, mas também na Universidade de Évora (confiada à Companhia de Jesus de 1559 a 1759) e noutras escolas dos Jesuítas, em especial nos colégios de São Paulo, de Braga, e de Santo Antão, de Lisboa, onde principiaram a funcionar aulas públicas de Filosofia em 1561 e 1590, respectivamente.

3. Na opinião de Teodoro de Régnon, Fonseca, cognominado «o Aristóteles português», é o maior metafísico da Companhia de Jesus. Poderíamos acrescentar que no panorama modesto da nossa história filosófica ele é talvez o seu maior vulto não só pela extensão da sua obra, mas também pela profundidade no tratamento das doutrinas.

Fonseca nasceu em 1528, em Cortiçada (Proença-a-Nova), tendo falecido em Lisboa em 1599. Foi aluno do Colégio das Artes, possivelmente com os professores «bordaleses», e após o ingresso na Companhia de Jesus (1548) estudou Teologia em Coimbra. Aquando da entrega do Colégio das Artes aos Jesuítas, passou a ensinar aí Filosofia até 1551, tendo sido depois dispensado durante alguns anos para se dedicar à preparação do texto sobre a lógica de Aristóteles⁷ destinado aos alunos que frequentavam o curso de Artes. Desempenhou ainda funções administrativas, designadamente a de reitor do colégio (1567-1570) e a de visitador da Província Portuguesa da Companhia de Jesus (1589-1592). Não obstante o exercício dessas funções, ia preparando o seu texto sobre a Metafísica não só em Portugal, mas também em Roma, onde passou a residir habitualmente quando foi nomeado assistente do Geral dos Jesuítas.

Fonseca legou-nos três obras de Filosofia: *Instituições Dialécticas* (*Institutionum dialecticarum libri octo*), *Isagoge Filosófica* (*Isagoge philosophica*) e *Comentários à Metafísica de Aristóteles* (*Commentarii in libros Metaphysicorum Aristotelis Stagiritae*). A projecção destes escritos nos séculos XVI e XVII está bem documentada pelas numerosas edições de que foram objecto. Assim, *As Instituições Dialécticas*, segundo o cômputo de J. Ferreira Gomes (que realizou em 1964 uma «editio accurata», com tradução, dessa obra) tiveram pelo menos 53 edições num espaço de pouco mais de meio século

⁷ A. M. Martins, «Fonseca (Pedro da)», in *Logos — Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*.

(de 1564 a 1625). De todas essas edições apenas 4 são portuguesas. As restantes estão distribuídas por Colónia (17), Lião (10), Veneza (7), Turim (3), Roma (1) e outras cidades. A importância deste facto torna-se mais notória se advertirmos o seguinte: exceptuando Pedro Ramus (sensivelmente contemporâneo de Fonseca e cuja *Dialectica*, incluindo as adaptações, atingiu, desde 1543 até 1950, 262 edições, segundo o cômputo de Walter Ong), o filósofo português ocupa destacado o segundo lugar no movimento editorial europeu, deixando muito para trás aquele que é considerado o principal impulsionador da nova concepção da lógica do Renascimento, Rodolfo Agrícola, que na *Bibliographia logica* editada por Wilhelm Risse está representado com 30 edições, apenas, para a sua *De inventione dialectica*. Quanto à *Isagoge Filosófica*, foi publicada apenas uma vez, em Portugal, em edição autónoma, pois a partir da segunda edição apareceu sempre juntamente com as *Instituições Dialécticas*. Trata-se de um opúsculo que, como se lê no «Proémio», se propõe fornecer, em função do currículo de Filosofia vigente, um conhecimento conciso do universal e das suas cinco formas, apresentando, no entanto, a doutrina de Porfírio despida de questões inúteis ou supérfluas. Possuímos desta obrzinha uma edição bilingue, realizada também por J. Ferreira Gomes (1965). Finalmente, os *Comentários à Metafísica de Aristóteles* são a obra mais famosa, mais profunda, mais complexa e mais extensa (cerca de 2500 páginas nas edições iniciais dos quatro tomos, nos anos de 1577, 1589, 1604 e 1612, respectivamente). Mereceram mais de 20 edições, a maior parte no estrangeiro (existe também uma reprodução moderna da edição de Colónia de 1615, efectuada pela editorial alemã Georg Olms, em 1964). É assinalável o processo de realização da obra, com duas partes em cada capítulo: na primeira, aparece o texto grego (estabelecido pelo próprio Fonseca com o recurso ao método histórico-filológico usado pelos humanistas com o fim de restituírem à sua pureza original as obras dos clássicos greco-latinos) juntamente com uma nova tradução latina (também da responsabilidade de Fonseca, dado ele pensar não existir uma tradução aceitável), em colunas paralelas, ao centro da página, envolvidas pela explicação dos passos mais obscuros e discutidos; na segunda, é fornecida a exposição das questões suscitadas pela leitura do texto aristotélico (constituindo o comentário propriamente dito, muito mais extenso), divididas em secções e contendo as opiniões que costumavam ventilar-

-se no ensino da Filosofia desde a tradição medieval, procedendo Fonseca ao seu exame crítico e à proposta do ponto de vista pessoal, justificando-o com argumentos.

4. Ainda no século XVI, o movimento de restauração da filosofia aristotélico-escolástica teve uma expressão notável no célebre Curso Conimbricense, redigido por três jesuítas (Manuel de Góis, Baltasar Álvares e Sebastião do Couto) com o aproveitamento das lições manuscritas que constituíam o corpo substancial da doutrina filosófica do Colégio das Artes, e que aqueles redactores alteraram e ordenaram com o recurso a cortes, aditamentos e variantes. Os tratados que constituem o Curso (publicados, quanto às primeiras edições, em Portugal, desde 1592 a 1606) constam de oito comentários a obras de Aristóteles dos domínios da filosofia natural, da ética e da lógica, ainda que só nalguns casos eles incidam sobre o texto integral das obras do Perípatos. A expressão uniforme latina com que principia o título de cada um dos comentários, excepto num caso, é: *Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu*, com uma especificação ulterior do objecto concreto de cada tratado, isto é, do livro de Aristóteles: a *Física*, o tratado sobre *O Céu*, os *Meteoros*, os *Pequenos Naturais*, a *Ética*, o tratado sobre *A Geração e a Corrupção*, o tratado sobre *A Alma* e a *Lógica* («universa dialectica»). Falta o comentário à *Metafísica*, mas esta lacuna explica-se pela publicação, que já tinha sido iniciada, da obra de Fonseca. Quase todos estes tratados são da responsabilidade de Manuel de Góis. Exceptuam-se o tratado *A Alma Separada* (integrado no comentário ao *De anima*), da autoria de Baltasar Álvares, e o comentário sobre a lógica aristotélica, realizado por Sebastião do Couto.

No seu conjunto, estes comentários obtiveram mais de uma centena de edições (112, a acreditar em A. Alberto de Andrade), a maior parte no estrangeiro, pelo que é legítimo afirmar que os professores de Filosofia do Colégio das Artes da segunda metade do século XVI foram muito apreciados na Europa nos centros universitários da Companhia de Jesus e também possivelmente nalguns centros de estudo de diversas confissões da Reforma. Tal divulgação ficou a dever-se a vários factores: à excelência do método com que o Curso está organizado, segundo um ideal que privilegia a ordem e a integração unitária e sistemática dos diferentes ramos do saber filosófico, estando por isso em consonân-

cia com o espírito renascentista no aspecto pedagógico-didático; à clareza e muitas vezes à elegância da exposição das doutrinas; à rigorosa análise filológica e hermenêutica do texto aristotélico; ao facto de o Curso ir ao encontro de certas exigências intelectuais de uma época que aspirava a recuperar a serenidade de espírito após a Reforma, pois o princípio do livre exame e a atitude crítica face à autoridade introduziram, mesmo nos círculos católicos, a persuasão, que se desejava ultrapassar (e o Curso Conimbricense ia ao encontro desse anseio), de que todos os sistemas filosóficos têm um valor muito relativo; e talvez sobretudo à multiplicidade e à discrepância de doutrinas alternativas à Escolástica medieval nascidas no seio do movimento humanista. Por exemplo, só na lógica do século XVI, a par das doutrinas escolásticas, existiram, segundo W. Risse, pelo menos seis orientações distintas: os ciceronianos, a escola de F. Melanchthon, a escola de P. Ramus, os chamados «aristotélicos puros» (incluindo os averroístas), a chamada «escola sistemática» (que pretendia conciliar o aristotelismo clássico com o ramismo) e, finalmente, ramificações do ramismo.

No que respeita ao conteúdo dos tratados redigidos pelos Conimbricenses, os temas mantêm-se essencialmente dentro dos quadros tradicionais. Mas são escassos os elementos novos presentes no Curso oriundos da filosofia e da ciência da época. Para além disso, no domínio da filosofia natural é manifesto um quase alheamento dos problemas e sugestões trazidos pela empresa dos Descobrimentos, exceptuando o registo de um ou outro facto geográfico revelado pelos navegadores ibéricos⁸.

⁸ J. S. da Silva Dias, *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1973, pp. 40-46.

ÍNDICE

| | |
|---|-----|
| <i>Prefácio</i> | 7 |
| Introdução | 9 |
| I — LÓGICA E METODOLOGIA EM FRANCISCO DE CRISTO E SEU CONTEXTO RENASCENTISTA | 19 |
| Lógica e dialéctica | 19 |
| A filosofia da lógica | 26 |
| A metodologia | 73 |
| II — MÉTODO E ENSINO EM PEDRO DA FONSECA E NO CURSO CONIMBRICENSE | 121 |
| A lógica e a metodologia renascentistas | 121 |
| A metodologia em Pedro da Fonseca e no Curso Conimbricense | 130 |
| Conclusão | 153 |
| III — CLASSIFICAÇÃO, NATUREZA E OBJECTO DAS CIÊNCIAS NO CURSO CONIMBRICENSE | 155 |
| Classificação das ciências | 155 |
| O objecto das ciências | 164 |
| A lógica | 169 |
| A filosofia natural | 185 |
| IV — PEDRO DA FONSECA: A LÓGICA TÓPICA | 195 |
| V — PEDRO DA FONSECA: A TEORIA DA SUPOSIÇÃO E O SEU CONTEXTO ESCOLÁSTICO | 221 |
| Introdução | 221 |
| O conceito de «suposição» | 224 |

| | |
|--|-----|
| Suposição material | 230 |
| Suposição pessoal | 233 |
| O «descensus» | 235 |
| Suposição própria e imprópria | 237 |
| Suposição simples e absoluta | 243 |
| Conclusão | 248 |
| | |
| VI — O UNIVERSAL LÓGICO EM PEDRO DA FONSECA E NO CURSO CONIMBRICENSE | 253 |
| Introdução | 253 |
| Definição e acepções do universal | 257 |
| O tema da unidade | 261 |
| O tema da aptidão | 270 |
| Universalidade e existência | 277 |
| Conclusão | 281 |
| | |
| VII — O QUE SIGNIFICAM AS PALAVRAS? O CURSO CONIMBRI- CENSE NO CONTEXTO DA SEMIÓTICA MEDIEVAL | 285 |
| Algumas acepções de «significação»: Idade Média e Curso Co- nimbricense | 286 |
| Natureza e divisões do «sinal» no Curso Conimbricense | 291 |
| O que significam as palavras? | 295 |
| A modo de conclusão | 316 |
| | |
| VIII — GÉNESE E CONHECIMENTO DOS PRIMEIROS PRINCÍPIOS. UM CONFRONTO DO CURSO CONIMBRICENSE COM ARIS- TÓTELES E SÃO TOMÁS | 323 |
| Precógnitos e prenoções | 324 |
| O «hábito» dos princípios | 333 |
| Génese e conhecimento dos princípios: indução e intuição | 336 |
| Ainda sobre a indução | 348 |
| | |
| IX — NATUREZA, ARTE, ACASO E FINALIDADE NA <i>FÍSICA</i> DO CURSO CONIMBRICENSE | 355 |
| Introdução | 355 |
| O conceito de natureza | 360 |
| Natureza e arte | 370 |
| O acaso | 377 |
| Natureza e finalidade | 380 |
| Conclusão | 387 |

APÊNDICE

| | |
|---|-----|
| <i>MÉTODO OU MODO DE ENSINAR USADO POR ARISTÓTELES TANTO NA LÓGICA COMO NA FÍSICA</i> , por FRANCISCO DE CRISTO | 393 |
|---|-----|

| | |
|---------------------|-----|
| [Dedicatória] | 395 |
|---------------------|-----|

INTRODUÇÃO GERAL À LÓGICA DE ARISTÓTELES

| | |
|--|-----|
| CAP. I — O que é a lógica, quantas partes tem e qual o fundamento da denominação de cada uma delas | 397 |
| CAP. II — Distinção entre a lógica e a dialéctica | 403 |
| CAP. III — Distinção entre a analítica e a dialéctica | 407 |
| CAP. IV — Objecto da dialéctica e da analítica e, mais que isso, de toda a lógica | 412 |
| CAP. V — A invenção dialéctica e o juízo | 419 |
| CAP. VI — Distinção entre a dialéctica e a retórica | 423 |
| CAP. VII — A dialéctica é uma ciência prática | 428 |

*

| | |
|-------------------------------|-----|
| Proveniência dos textos | 435 |
| Índice onomástico | 437 |